



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

DISCIPLINA:	DIREITO CIVIL VIII – DIREITO DAS SUCESSÕES	C/H: 080 H/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 5119
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS	PERÍODO: 9º

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I-EMENTA

Sucessão. Noções introdutórias. Abertura, transmissão, aceitação, renúncia e cessão de herança. Inventário. Herança jacente e vacante. Vocação hereditária. Testamento. Legados. Direito de Acrescer. Substituições. Fideicomisso. Deserdação. Nulidades do testamento. Revogação e caducidade. Arrolamentos. Sonegados. Colações.. Encargos da Herança. Pagamento das dívidas. Partilha.

II – OBJETIVOS

Construir uma base teórica para o estudo posterior das diversas disciplinas jurídicas;
 Proporcionar ao estudante uma visão geral e sistemática do direito;
 Levantar o estudante que inicia o curso jurídico a compreender o direito e sua importância social.

III-CONTEÚDOS

UNIDADE I	Direito das Sucessões. Noções introdutórias
	1.1 Sucessão. 1.2 Direito das Sucessões no Direito Romano. 1.3 Idéia central do Direito das Sucessões. 1.4 Noções de herança. 1.5 Legado não se confunde com herança.
UNIDADE II	Abertura da Sucessão
	2.1 Momento da abertura da Sucessão 2.2 A Comoriência 2.3 Transmissão e aceitação da herança 2.4 Renúncia 2.5 Cessão de direitos hereditários 2.6 Da norma legal
UNIDADE III	Inventário. Noção. Posse dos herdeiros e posse do Inventariante. Indivisibilidade da herança. Capacidade para Suceder. Pactos Sucessórios
	3.1 Inventário – foro competente, inventariança, nomeação e remoção do inventariante. 3.2 Posse dos herdeiros e posse do inventariante 3.3 Indivisibilidade da herança 3.4 Capacidade para Suceder 3.5 Pactos sucessórios.
UNIDADE IV	Herança jacente. Herança vacante. Sucessões do Estado, Sucessão do Ausente. Capacidade para suceder. Indignidade.
	4.1 Herança sem herdeiros. Jacência. 4.2 Casos de herança Jacente. 4.3 Herança vacante. 4.4 Sucessão do Estado. 4.5 Sucessão do Ausente. 4.6 Capacidade para suceder. 4.7 Indignidade para suceder. 4.8 Características e efeitos da indignidade. 4.9 Reabilitação do indigno e casos de indignidade.
UNIDADE V	Vocação Hereditária. Sucessão Legítima e Testamentária. Ordem de vocação hereditária.
	5.1 Sucessão legítima testamentária. 5.2 Sucessão em linha reta: sucessão dos descendentes. 5.3 Direito de representação. 5.4 Representação na classe dos descendentes. 5.5 Fundamentos, requisitos e efeitos da representação
UNIDADE VI	Vocação Hereditária. Sucessão Legítima e Testamentária. Ordem de vocação hereditária (cont.).
	6.1 Sucessão dos ascendentes. 6.2 Sucessão do cônjuge sobrevivente. 3.



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 6.3 Meação do cônjuge..
- 6.4 Direito sucessório dos companheiro.
- 6.5 Sucessão dos colaterais.
- 6.6 Sucessão do Estado

UNIDADE VII	Testamento.
7.1	1. Introdução.
7.2	2. Definição, conceito e elementos constitutivos.
7.3	3. O testamento é negócio jurídico, é ato unilateral, é ato de última vontade ou <i>causa mortis</i> , é negócio jurídico revogável, é ato solene, é ato personalíssimo.
UNIDADE VIII	Capacidade de testar e capacidade de adquirir por testamento.
8.1	Capacidade de testar.
8.2	Incapacidade
8.3	Diferença entre incapacidade de testar e vícios da vontade.
8.4	Capacidade de adquirir por testamento.
8.5	Situação do nascituro.
8.6	Incapacidade relativa ou falta de legitimação para adquirir por testamento.
UNIDADE IX	Formas de Testamento. Codicilos. Testemunhas.
9.1	Introdução.
9.2	Testamento público.
9.3	Testamento cerrado.
9.4	Testamento particular.
9.5	Testamentos especiais.
9.6	Testemunhas testamentárias.
9.7	Codicilos.
UNIDADE X	Disposições testamentárias: conteúdo, interpretação e análise. Nulidade do Testamento. Revogação e caducidade.
10.1	Conteúdo do testamento.
10.2	Interpretação da vontade testamentária..
10.3	Disposições simples, condicionais, com encargo, a termo.
10.4	Identificação dos beneficiários.
10.5	Nulidade em matéria de testamento.
10.6	Revogação do testamento.
10.7	Caducidade dos testamentos
UNIDADE XI	Herdeiros necessários. Porção legítima, Inalienabilidade e outras cláusulas restritivas.
11.1	Restrição à liberdade de testar.
11.2	Restrições que pode sofrer a legítima.
11.3	A cláusula de inalienabilidade.
11.4	Cláusulas de incomunicabilidade.
11.5	Cláusula de impenhorabilidade.
UNIDADE XII	Legados. Modalidades. Efeitos dos legados e seu pagamento.
12.1	Conceito.
12.2	Modalidades de legados: de coisa alheia, de usufruto e direitos reais limitados, de móvel, de alimentos, de crédito.
12.3	Forma de aquisição dos legados.
12.4	Efeitos.
UNIDADE XIII	Caducidade dos legados.
13.1	Introdução.
13.2	Modificação da coisa legada.
13.3	Alienação.
13.4	Perecimento ou evicção da coisa legada.
13.5	Caducidade por indignidade e pela pré-morte do legatário.
UNIDADE XIV	Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Redução das disposições testamentárias.
14.1	Conceito.
14.2	Direito de acrescer entre co-herdeiros, entre legatários e no usufruto.
14.3	Procedimento e regras para redução.
14.4	Cálculo da parte inoficiosa.
UNIDADE XV	Substituições. Fideicomisso.
15.1	Substituições. Conceito.
15.2	Substituição vulgar e recíproca.
15.3	Fideicomisso.
15.4	Modalidades de Fideicomisso.



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 15.5 Fideicomisso e Usufruto.
15.6 Utilidade do fideicomisso.

UNIDADE XVI	Deserdação.
--------------------	--------------------

- 16.1 Exclusão dos herdeiros necessários.
16.2 Requisitos da deserdação.
16.3 Casos de deserdação.
16.4 Efeitos da deserdação.

UNIDADE XVII	Inventários e Arrolamentos. Processo.
---------------------	--

- 17.1 Inventário e partilha. Judicialidade do inventário.
17.2 Dispensa do processo de inventário.
17.3 Alvarás.
17.4 Inventário negativo.
17.5 Legitimidade para requerer o inventário. Prazos
17.6 Foro do Inventário.

UNIDADE XVIII	Inventários e Arrolamentos. Processo. (Cont)
----------------------	---

- 18.1 Questões relativas à inventariança.
18.2 Primeiras declarações.
18.3 Citações no inventário.
18.4 Fase das impugnações no inventário.
18.5 Avaliação e cálculo do imposto *causa mortis*.
18.6 Últimas declarações.
18.7 Arrolamentos.

UNIDADE XIX	Sonegados
--------------------	------------------

- 19.1 Conceito
19.2 Requisitos.
19.3 Quem pode praticar a sonegação.
19.4 Momento em que ocorre a sonegação.
19.5 Quem pode mover ação de sonegados.
19.6 Ação de sonegados.
19.7 Efeitos da sonegação.

UNIDADE XX	Colações
-------------------	-----------------

- 20.1 Conceito. Fundamento.
20.2 Quem deve colacionar.
20.3 Momento da colação. Procedimento.
20.4 Valor da colação.
20.5 Objeto da colação.

UNIDADE XXI	Encargos de Herança. Pagamento das Dívidas.
--------------------	--

- 21.1 Espólio. Encargos da massa hereditária.
21.2 Procedimento para pagamento das dívidas do Espólio.
21.3 Responsabilidade dos herdeiros.

UNIDADE XXII	Partilha. Garantia dos Quinhões. Invalidez da partilha
---------------------	---

- 22.1 Conceito
22.2 Espécies.
22.3 Regras.
22.4 Partilha feita em vida.
22.5 Sobrepartilha.
22.6 Garantia dos quinhões hereditários. Responsabilidade pela evicção.
22.7 Invalidez da partilha: nulidade e anulação.
22.8 Rescisão da sentença de partilha.

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudo dirigido.
- Seminários.
- Leituras orientadas.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividido pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro 5º Vol. São Paulo: Editora Saraiva.

RODRIGUES, Silvo. *Direito Civil*. 28. ed. Atualização de Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 6.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. VI.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1960; 32. ed. 1995; 37. ed. atualizada por Regina Beatriz Tavares da Silva, 2004

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Atualização de Tânia Pereira da Silva. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, v.5.

DISCIPLINA:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL V (PROCEDIMENTO ESPECIAIS)	C/H: 040 H/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3538
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS	PERÍODO: 9º.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

- Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Consignação em pagamento. da coisa depositada, anulação e substituição de títulos ao portador. Prestação de contas e tutela da posse. Nunciação de obra nova e usucapião de imóveis. Divisão, demarcação de terras, inventário e partilha. Embargos de terceiro e habilitação. Restauração de autos e vendas à crédito com reserva de domínio. Procedimento monitorio. Separação consensual e cumprimento de disposição de última vontade. Arrecadação de herança e arrecadação dos bens dos ausentes. Procedimentos especiais e jurisdição voluntária. Arrecadação das coisas vagas e curatela dos interditos.

II – Objetivos

- Possibilitar ao estudante a compreensão dos procedimentos especiais. Compreender a importância dos aspectos processuais de cada procedimento. Conhecer e analisar o cabimento, a competência e a legitimidade de cada procedimento especial. Aplicar os conhecimentos em situações concretas.

III - CONTEÚDOS

UNIDADE I	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA
	1.1 Introdução e noções gerais
	1.2 Técnicas de especialização dos procedimentos
	1.3 Aplicação subsidiária do procedimento ordinário
	1.4 Nomenclatura
UNIDADE II	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
	2.1 O pagamento por consignação
	2.2 Consignação extrajudicial
	2.3 Consignação judicial: natureza jurídica e competência
	2.4 Procedimento da consignação judicial
	2.5 Legitimidade
	2.6 Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito
	2.7 Resgate da enfiteuse
	2.8 Consignação de aluguéis e acessórios da locação
UNIDADE III	RESTITUIÇÃO DA COISA DEPOSITADA, ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR
	3.1 Depósito: conceito e espécies
	3.2 “Ação de depósito”: conceito, natureza jurídica e cabimento
	3.3 Procedimento
	3.4 Prisão civil do depositário infiel
	3.5 Sentença e execução
	3.6 Anulação: conceito, natureza jurídica e cabimento
	3.7 Procedimento
	3.8 Sentença
	3.9 Substituição e destruição parcial do título
UNIDADE IV	PRESTAÇÃO DE CONTAS E TUTELA DA POSSE
	4.1 Prestação de contas: conceito, natureza jurídica e cabimento
	4.2 “Ação de exigir contas”
	4.3 “Ação de dar contas”
	4.4 Tutela da posse: a posse e a proteção possessória
	4.5 Os interditos possessórios: reintegração manutenção e interdito proibitório
	4.6 Procedimento: força nova e força velha
	4.7 Medida liminar: natureza jurídica
	4.8 Exceção de domínio
	4.9 Natureza dúplice dos procedimentos possessórios



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 4.10 Sentença
4.11 Interdito proibitório

UNIDADE V	NUNCIÇÃO DE OBRA NOVA E USUCAPÃO DE IMÓVEIS
	5.1 Nunciação de obra nova: conceito natureza jurídica e cabimento
	5.2 Legitimidade
	5.3 Embargo extrajudicial de obra
	5.4 Procedimento
	5.5 Embargo liminar: natureza jurídica
	5.6 Prosseguimento da obra
	5.7 Sentença e execução
	5.8 Usucapião: conceito, espécies e requisitos
	5.9 Legitimidade
	5.10 Procedimento
	5.11 Sentença e coisa julgada
	5.12 Registro de imóveis
	5.13 Usucapião especial
	5.14 Usucapião
UNIDADE VI	DIVISÃO, DEMARCAÇÃO DE TERRAS, INVENTÁRIO E PARTILHA
	6.1 “Ação de demarcação”
	6.2 “Ação de divisão”
	6.3 Inventário e partilha: disposições gerais
	6.4 Natureza jurídica
	6.5 Inventário negativo
	6.6 Competência
	6.7 Universalidade do foro da sucessão
	6.8 Questões de alta indagação
	6.9 Inventariante
	6.10 Legitimidade
	6.11 Procedimento
	6.12 Partilha
	6.13 Arrolamento sumário
	6.14 Disposições comuns
UNIDADE VII	EMBARGOS DE TERCEIRO E HABILITAÇÃO
	7.1 Embargos de terceiro - Conceito, natureza jurídica e cabimento
	7.2 Competência
	7.3 Procedimento
	7.4 Sentença
	7.5 Habilitação: conceito, natureza jurídica e cabimento
	7.6 Legitimidade
	7.7 Competência
	7.8 Procedimento
	7.9 Habilitação nos autos do processo principal
UNIDADE VIII	RESTAURAÇÃO DE AUTOS E VENDAS À CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO
	8.1 Restauração de autos – conceito, natureza jurídica e cabimento
	8.2 Legitimidade
	8.3 Competência
	8.4 Procedimento
	8.5 Sentença
	8.6 Restauração de autos no Tribunal
	8.7 Responsabilidade civil do causador do desaparecimento dos autos
	8.8 Vendas à crédito: Contrato de compra e venda com pacto de reserva de domínio
	8.9 Procedimento da execução do preço
	8.10 Procedimento para recuperação da coisa vendida
UNIDADE IX	PROCEDIMENTO MONITÓRIO
	9.1 Conceito, natureza jurídica e cabimento
	9.2 Espécies de procedimento monitorio
	9.3 Cognição sumária e inversão de iniciativa do contraditório
	9.4 Procedimento
	9.5 Provimento inicial e mandado monitorio
	9.6 Embargos
	9.7 Sentença, recursos e coisa julgada
	9.8 Execução



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

UNIDADE X	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
	10.1 Jurisdição voluntária
	10.2 Procedimento comum
	10.3 Alienação judicial de bens: conceito, natureza jurídica e cabimento
	10.4 Procedimento
	10.5 Extinção de condomínio
UNIDADE XI	SEPARAÇÃO CONSENSUAL E CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÃO DE ÚLTIMA VONTADE
	11.1 Separação consensual: conceito e natureza jurídica
	11.2 Requisitos
	11.3 Procedimento
	11.4 Sentença
	11.5 Reconciliação do casal
	11.6 Cumprimento de disposição de última vontade: testamentos e codicilos
	11.7 Conceito e natureza jurídica
	11.8 Competência
	11.9 Procedimento
	11.10 Sentença
UNIDADE XII	ARRECADAÇÃO DE HERANÇA E ARRECADAÇÃO DOS BENS DOS AUSENTES
	12.1 Herança jacente
	12.2 Competência
	12.3 Legitimidade
	12.4 Procedimento
	12.5 Administração da herança jacente
	12.6 Declaração de vacância
	12.7 Ausência
	12.8 Pressupostos
	12.9 Competência
	12.10 Procedimento
	12.11 Conversão da sucessão provisória em definitiva
UNIDADE XIII	ARRECADAÇÃO DAS COISAS VAGAS E CURATELA DOS INTERDITOS
	13.1 Arrecadação das coisas vagas: conceito, natureza jurídica e cabimento
	13.2 Legitimidade
	13.3 Competência
	13.4 Procedimento
	13.5 Curatela dos interditos: interdição – conceito e natureza jurídica
	13.6 Legitimidade
	13.7 Competência
	13.8 Procedimento
	13.9 Sentença
	13.10 Levantamento da interdição
	13.11 Curador: investidura e remoção
	13.12 Disposições comuns à tutela e à curatela
UNIDADE XIV	ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES E ESPECIALIZAÇÃO DA HIPOTECA LEGAL
	14.1 Fundações
	14.2 Procedimento para instituição de fundações
	14.3 Estatutos: elaboração e alteração
	14.4 Extinção das fundações
	14.5 Hipoteca legal
	14.6 Conceito e natureza jurídica
	14.7 Competência
	14.8 Legitimidade
	14.9 Procedimento
	14.10 Insuficiência de bens
	14.11 Sentença

III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Aulas expositivas.
2. Debates.
3. Trabalhos de pesquisa e em classe.
4. Estudo dirigido.
5. Seminários.
6. Leituras orientadas.



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

IV – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

V - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Câmara, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, v.III.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense.

_____. *PROCESSO CAUTELAR*. 4. ED. SÃO PAULO: LEUD.

MOREIRA, JOSÉ CARLOS BARBOSA. *O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO*. RIO DE JANEIRO: FORENSE.

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	C/H: 040 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3536
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS	PERÍODO: 9º.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I-EMENTA

Pesquisa Científica e sua aplicação em nível de iniciação científica e de elaboração de monografias. A Pesquisa Jurídica. Diretrizes para a elaboração de projetos de pesquisa. Etapas essenciais para a confecção de um projeto de pesquisa. Linguagem científica. Aspectos normativos e metodológicos para a elaboração e apresentação formal de monografias.

II- OBJETIVOS

Fornecer diretrizes aos alunos do curso de graduação no tocante a elaboração de projetos de pesquisa e de seus trabalhos de conclusão de curso, fornecendo-lhes acesso às normas técnicas para apresentação e formatação, além de propiciar a compreensão da metodologia necessária à produção científica, servindo como instrumental para o incentivo à pesquisa.

III-CONTEÚDOS

UNIDADE I	INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE PESQUISA
	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 A Pesquisa Científica <ul style="list-style-type: none"> 1.1.1 Conceitos 1.1.2 Requisitos básicos 1.1.3 Finalidades 1.1.4 Classificação 1.1.5 Etapas 1.2 A Monografia como trabalho científico decorrente da pesquisa científica <ul style="list-style-type: none"> 1.2.1 Conceito 1.2.2 Importância 1.2.3 Objetivos 1.2.4 Características 1.2.5 Etapas para elaboração 1.3 A Pesquisa Jurídica <ul style="list-style-type: none"> 1.3.1 Conceito 1.3.2 Tipos
UNIDADE II	O PROJETO DE PESQUISA
	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 Conceito, finalidades e relevância 2.2 Questões inerentes à sua confecção 2.3 Etapas <ul style="list-style-type: none"> 2.3.1 A escolha do tema e sua delimitação 2.3.2 Seleção do problema de pesquisa e a formulação da questão 2.3.3 Identificação de hipóteses e sua construção 2.3.4 Os objetivos de pesquisa 2.3.5 Justificativa da escolha do tema 2.3.6 A definição de termos 2.3.7 A limitação do estudo 2.3.8 A fundamentação teórica 2.3.9 A metodologia 2.3.10 O plano provisório (Tópicos de análise) 2.3.11 A apresentação formal do projeto
UNIDADE III	LINGUAGEM CIENTÍFICA
	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 Aspectos fundamentais para a redação de um trabalho científico 3.2 Como redigir um trabalho científico de forma coerente
UNIDADE IV	NORMAS PARA APRESENTAÇÃO GRÁFICA DE TRABALHOS ACADÊMICOS
	<ul style="list-style-type: none"> 4.1 Formato 4.2 Margens 4.3 Espacejamento



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 4.4 Notas de rodapé
- 4.5 Indicativos de seção
- 4.6 Títulos sem indicativo numérico
- 4.7 Elementos sem título e sem indicativo numérico
- 4.8 Paginação
- 4.9 Numeração progressiva das seções
- 4.10 Siglas

UNIDADE V	A ESTRUTURA DA MONOGRAFIA
------------------	----------------------------------

- 5.1 Elementos Pré-Textuais
 - 5.1.1 Capa
 - 5.1.2 Folha de rosto
 - 5.1.3 Folha de aprovação
 - 5.1.4 Dedicatória
 - 5.1.5 Agradecimentos
 - 5.1.6 Epígrafe
 - 5.1.7 Resumo
 - 5.1.8 Listas de ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas e de símbolos
 - 5.1.9 Sumário
- 5.2 Elementos textuais
 - 5.2.1 Introdução
 - 5.2.2 Desenvolvimento
 - 5.2.3 Conclusão
- 5.3 Elementos Pós-textuais
 - 5.3.1 Referências
 - 5.3.1.1 Regras gerais de apresentação
 - 5.3.1.2 Exemplos de apresentação de referências
 - 5.3.2 Glossário
 - 5.3.3 Apêndice(s)
 - 5.3.4 Anexo(s)

UNIDADE VI	ELEMENTOS DE APOIO AO TEXTO
-------------------	------------------------------------

- 6.1 Citações
 - 6.1.1 Conceito
 - 6.1.2 Finalidades
 - 6.1.3 Precauções
 - 6.1.4 Localização
 - 6.1.5 Tipos
 - 6.1.5.1 Citação direta
 - 6.1.5.2 Citação indireta
 - 6.1.5.3 Citação de citação
- 6.2 Notas de Rodapé
 - 6.2.1 Conceito
 - 6.2.2 Finalidades
 - 6.2.3 Tipos
 - 6.2.4 Regras de apresentação
 - 6.2.5 Uso de expressões como forma abreviada das notas de rodapé

UNIDADE VII	ANÁLISE DE MONOGRAFIAS
--------------------	-------------------------------

- 7.1 Correção de partes das monografias
- 7.2 Correção da monografia

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas.

Exercícios sobre o projeto de pesquisa.

Estudos dirigidos sobre as etapas de elaboração da monografia.

V – AVALIAÇÃO

Frequência a 75% das aulas. Avaliação de exercícios relativos ao projeto de pesquisa. Avaliação de exercícios sobre as etapas de elaboração da monografia. Apresentação de um projeto de pesquisa de autoria do aluno. Apresentação de partes da monografia elaborada pelo aluno.

VI- BIBLIOGRAFIA



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 6024**: Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 6027**: Informação e documentação - Sumário - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 6028**: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 15287**: Informação e documentação – Projeto de Pesquisa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2006.
- ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.
- CASTRO, Flávia Lages de. **Pesquisa para iniciantes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
- CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- _____. **Projeto de Pesquisa: Um instrumental da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de Direito. Trabalho de Conclusão de Curso: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAROSA, Marco Antonio; AYRES, Fernando Arduini. **Como produzir uma monografia passo a passo... siga o mapa da mina**. Rio de Janeiro: WAK, 2002.
- LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer Universidade: Uma proposta metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MOTA, Sílvia. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Disponível em: <<http://www.silviamota.com.br>>. Acesso em: 04 jan 2004.
- NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual de monografia jurídica**. 4. ed. ver., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica. Guia para eficiência nos estudos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SCALETSKY, Eduardo Carnos; OLIVEIRA, Ana Lúcia V. Santa Cruz. **Iniciando na Pesquisa. Manual para elaboração da monografia e projetos de iniciação científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUR, 1999.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Normas para apresentação de documentos científicos: Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. V.2. Curitiba: Ed da UFPR, 2000.



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

DISCIPLINA:	ÉTICA E CIDADANIA	C/H: 080 h/A
CURSO:	JURÍDICO	CÓDIGO: 3540
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS	PERÍODO: 9º.

I-EMENTA

Da Advocacia. Do Perfil do Profissional. Da Atividade. Direitos do advogado. Inscrição na OAB. Sociedade de advogados e Advogado Empregado. Honorários e Impedimentos. Ética. Da Ordem dos Advogados do Brasil.

II – OBJETIVOS

Construir uma base teórica para o estudo posterior das diversas disciplinas jurídicas;
 Proporcionar ao estudante uma visão geral e sistemática do direito;
 Levar o estudante que inicia o curso jurídico a compreender o direito e sua importância social.

III -CONTEÚDOS

UNIDADE I	Da advocacia
	<ol style="list-style-type: none"> 1 Origens da advocacia <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Origens remotas da advocacia 1.2 Advocacia como profissão organizada 1.3 Advocacia no mundo luso-brasileiro
UNIDADE II	Perfil atual do profissional da advocacia
	<ol style="list-style-type: none"> 2.1 Evolução no Brasil 2.2 Advocacia judicial 2.3 Advocacia assalariada 2.4 Advocacia preventiva e extrajudicial 2.5 Advocacia de movimentos populares 2.6 O papel do advogado na mediação e arbitragem 2.7 Advocacia dos interesses transindividuais 2.8 O impacto da informática 2.9 Formação sóciopolítico do advogado
UNIDADE III	Atividade de advocacia
	<ol style="list-style-type: none"> 3.1 Denominação de advogado 3.2 Ato e atividade de advocacia 3.3 <i>Ius Postulandi</i> da parte 3.4 Consultoria, assessoria e direção jurídicas – atos e contratos 3.5 Divulgação da atividade e sua vedação conjunta com outras atividades 3.6 Características essenciais da advocacia 3.7 Natureza da advocacia. Serviço público. Função social 3.8 Mandato judicial. Nulidades. Poderes para o foro em geral 3.9 Renúncia ao mandato judicial
UNIDADE IV	Direitos do advogado
	<ol style="list-style-type: none"> 4.1 Direitos e prerrogativas 4.2 Independência do advogado ante o juiz e os agentes públicos 4.3 Inviolabilidade. Liberdade e imunidade profissional por atos e manifestações 4.4 Sigilo profissional. Comunicação com cliente preso 4.5 Prisão do advogado – Formas 4.6 Direito de ingresso em órgãos judiciários e locais públicos 4.7 Sustentação oral. Uso da palavra. Esclarecimentos 4.8 Direito a exame e de vistas de processos e documentos 4.9 Desagravo público. Retirada do recinto



UNIVERSIDADE IGUAÇU
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

UNIDADE V	Inscrição na OAB
	<ul style="list-style-type: none"> 5.1 Requisitos para inscrição como advogado <ul style="list-style-type: none"> 5.1.1 Capacidade civil 5.1.2 Diploma de graduação em direito 5.1.3 Regularidade eleitoral e militar 5.1.4 Exame de ordem 5.1.5 Ausência de incompatibilidade 5.1.6 Idoneidade moral 5.1.7 Crime infamante 5.1.8 Compromisso 5.2 Advogado estrangeiro 5.3 Estagiário 5.4 Domicílio profissional. Inscrição principal, suplementar e por transferência 5.5 Cancelamento da inscrição 5.6 Licenciamento do advogado 5.7 Documento de identidade do advogado
UNIDADE VI	Sociedade de advogados
	<ul style="list-style-type: none"> 6.1 Natureza e características da sociedade de advogados 6.2 Constituição da sociedade e seu registro 6.3 Denominação da sociedade <ul style="list-style-type: none"> 6.3.1 Filial 6.4 Relação da sociedade com seus sócios. Responsabilidades 6.5 Aspectos ético-disciplinares 6.6 Planos de assistência jurídica 6.7 Advogado associado
UNIDADE VII	Advogado empregado
	<ul style="list-style-type: none"> 7.1 Advogado empregado. Independência profissional 7.2 Inaplicabilidade ao advogado público 7.3 Interesses pessoais do empregador 7.4 Salário mínimo profissional 7.5 Jornada de trabalho 7.6 Honorários de sucumbência do advogado empregado
UNIDADE VIII	Honorários advocatícios
	<ul style="list-style-type: none"> 8.1 Direitos aos honorários 8.2 Honorários em assistência jurídica 8.3 Tipos de honorários 8.4 Honorários de sucumbência 8.5 Modos de pagamento dos honorários 8.6 Cobrança dos honorários 8.7 Prescrição
UNIDADE IX	Incompatibilidades e impedimentos
	<ul style="list-style-type: none"> 9.1 Natureza e alcance dos impedimentos e incompatibilidades 9.2 As incompatibilidades sob a ótica constitucional 9.3 Conseqüências pela mudança do sistema legal de impedimentos 9.4 Incompatibilidades com a advocacia: alcance e tipos <ul style="list-style-type: none"> 9.4.1 Titulares de entes políticos 9.4.2 Funções de julgamento 9.4.3 Funções de direção 9.4.4 Auxiliares e serventuários da justiça 9.4.5 Atividade policial 9.4.6 Militares 9.4.7 Atividades tributárias 9.4.8 Instituições financeiras 9.5 Impedimentos: tipos e alcance <ul style="list-style-type: none"> 9.5.1 Impedimento dos parlamentares 9.5.2 Procuradores-gerais e diretores jurídicos 9.5.3 Tipos especiais de impedimentos 9.5.4 Não-impedimento dos docentes dos cursos jurídicos 9.6 Efeitos no processo judicial



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

UNIDADE X	Ética do advogado
10.1	Ética profissional
10.2	Independência do advogado
10.3	Responsabilidade civil do advogado
10.4	Lide temerária
10.5	Código de Ética e Disciplina
10.6	Publicidade da advocacia
UNIDADE XI	Infrações e sanções disciplinares
11.1	Infrações disciplinares
11.2	Infrações disciplinares puníveis com censura
11.2.1	Exercício da profissão por impedidos e incompatibilizados
11.2.2	Particularização em sociedade irregular
11.2.3	Utilização de agenciador de causas
11.2.4	Angariar ou captar causas
11.2.5	Autoria falsa de atos
11.2.6	Advogar contra literal disposição de lei. Lei injusta
11.2.7	Quebra de sigilo profissional
11.2.8	Entendimento com a parte contrária
11.2.9	Prejuízo causado a parte
11.3.0	Nulidade processual culposa
11.3.1	Abandono da causa
11.3.2	Recusa da assistência jurídica
11.3.3	Publicidade de trabalho pela imprensa
11.3.4	Manipulação fraudulenta de citações
11.3.5	Imputação de fato criminoso
11.3.6	Descumprimento a determinação da OAB
11.3.7	Prática irregular de ato pelo estagiário
11.3.8	Violação ao Código de Ética e Disciplina
11.3.9	Violação de preceito do Estatuto
11.4	Infrações disciplinares puníveis com suspensão
11.4.1	Ato ilícito ou fraudulento
11.4.2	Aplicação ilícita de valores recebidos de cliente
11.4.3	Recebimento de valores da parte contrária
11.4.4	Locupletamento à custa do cliente
11.4.5	Recusa injustificada de prestação de contas
11.4.6	Extravio ou retenção abusiva de autos
11.4.7	Inadimplemento para com a OAB
11.4.8	Inépcia profissional
11.4.9	Conduta incompatível. Reincidência
11.5	Infrações disciplinares puníveis com exclusão
11.5.1	Falsidade dos requisitos de inscrição
11.5.2	Inidoneidade moral
11.5.3	Reincidência
11.5.4	Crime infamante
11.6	Tipos e consequência das sanções disciplinares
11.7	Consequências nos processos e atos praticados pelo advogado
11.8	Atenuantes e agravantes
11.9	Reabilitação. Prescrição da pretensão disciplinar
UNIDADE XII	DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
12.1	Breve histórico da OAB
12.2	Histórico do atual Estatuto
12.3	Fins e Organização da OAB
12.4	Natureza jurídica e independência da OAB
12.5	Finalidade da OAB
12.6	Finalidades político-institucionais
12.6.1	Defesa da Constituição
12.6.2	Defesa da ordem jurídica
12.6.3	Defesa dos direitos humanos
12.6.4	Luta permanente pela justiça social
12.6.5	Boa aplicação das leis e rápida administração da justiça
12.7	Finalidades corporativas. Sindicatos
12.8	Natureza e tipos de órgãos da OAB. A questão da personalidade jurídica



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 12.9 Peculiaridades da OAB: imunidade tributaria e publicidade de atos
- 13 Contribuições obrigatórias
- 13.1 Cargos dos membros de órgãos da OAB
- 13.2 Presidente da OAB. Legitimidade para agir

UNIDADE XIII	Conselho Federal da OAB
---------------------	--------------------------------

- 13.1 Composição e estrutura do Conselho Federal
- 13.2 Voto e *quorum*
- 13.3 Competências do Conselho Federal
 - 13.3.1 Cumprimento das finalidades da OAB
 - 13.3.2 Representação dos advogados
 - 13.3.3 Defesa das prerrogativas da profissão
 - 13.3.4 Representação internacional
 - 13.3.5 Intervenção parcial e completa
 - 13.3.6 Cassação de atos. Recursos
 - 13.3.7 Identidade do advogado. Relatório e contas
 - 13.3.8 Listas sextuplas. Cursos Jurídicos. Bens imóveis
 - 13.3.9 Participação em concurso publico. Diretoria do Conselho

UNIDADE XIV	Conselho Seccional
--------------------	---------------------------

- 14.1 Composição do Conselho Seccional e deliberação
- 14.2 Competências do Conselho Seccional
 - 14.2.1 Regime interno. Recursos
 - 14.2.2 Relatórios e contas. Tabela de honorários
 - 14.2.3 Exame de ordem. Inscrição de advogados e estagiários
 - 14.2.4 Cadastro de inscritos. Contribuições obrigatórias. Concursos públicos
 - 14.2.5 Orçamento anual
 - 14.2.6 Tribunal de Ética e Disciplina
 - 14.2.7 listas sextuplas
 - 14.2.8 Intervenção.
- 14.3 Diretoria do Conselho Seccional

UNIDADE XV	Subseção da OAB
-------------------	------------------------

- 15.1 Natureza e estrutura da Subseção
- 15.2 Diretoria da Subseção
- 15.3 Competências da subseção
- 15.4 Conselho da subseção

UNIDADE XVI	Caixa de Assistência dos advogados
--------------------	---

- 16.1 Origem e objetivos da Caixa de Assistência dos Advogados
- 16.2 Diretoria e manutenção da Caixa
- 16.3 Peculiaridades da caixa
- 16.4

UNIDADE XVII	Eleições e mandatos
---------------------	----------------------------

- 17.1 Sistema e data da eleição geral dos membros de órgãos da OAB
- 17.2 Requisitos de elegibilidade
- 17.3 Chapa concorrente
- 17.4 Eleição da diretoria do Conselho Federal
- 17.5 Mandatos

UNIDADE XVIII	Processo na OAB
----------------------	------------------------

- 18.1 Processo e normas supletivas
- 18.2 Prazos e notificações
- 18.3

UNIDADE XIX	Processo Disciplinar
--------------------	-----------------------------

- 19.1 Poder de punir
- 19.2 Fases do procedimento disciplinar
- 19.3 Instrução e defesa
- 19.4 Julgamento pelo tribunal de Ética e Disciplina
- 19.5 Suspensão preventiva
- 19.6 Representação disciplinar ofensiva à honra do advogado
- 19.7 Revisão do processo ético-disciplinar

UNIDADE XX	Recursos
-------------------	-----------------

- 20.1 Tipos de recursos
- 20.2 Cabimento dos recursos
- 20.3 Prazos e efeitos dos recursos



FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

UNIDADE XXI	Disposições Gerais e Transitórias
	21.1 Regulamento Geral
	21.2 Regime dos servidores da OAB
	21.3 Conferências da OAB e Colégio de Presidentes
	21.4 Participação do Instituto dos Advogados
	21.5 Situações transitórias

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

7. Aulas expositivas.
8. Debates.
9. Trabalhos de pesquisa e em classe.
10. Estudo dirigido.
11. Seminários.
12. Leituras orientadas.

V – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

VI - BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Luiz Carlos de. "Direitos e deveres do advogado". São Paulo, ed. Saraiva, 1983
- ALKMIN, Ivan. O advogado e sua identidade profissional em risco. Rio de Janeiro: Ed. Destaque, 2001
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992
- CHAVES, Antonio. Advogado. Responsabilidade profissional. São Paulo: cultural Paulista, 1988
- D'URSO, Luiz Flavio Borges. O sigilo do inquerito policial e o exame dos autos por advogado. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, 66:87-96, jan/jun. 1998.
- WALD, Arnoldo. O advogado e as transformações da empresa. RT, 718:315-7, ago.1995.
- LOBO, Paulo Luiz Neto. Comentários ao Estatuto da advocacia e da OAB. 4. ed. rev. e atual. - São Paulo, 2007